

Coordenação e fronteiras discursivas

Madalena Colaço
CLUL

Abstract

Discourse fragments starting with a particle with the form of a coordinate conjunction raise several interesting questions with regard to their syntactic structure. The empirical data show that, in European Portuguese, this particle does not have always the same behavior. This paper focus on cases where it is a real coordinate conjunction. In this structures, the fragment that precedes the conjunction does not participate in the coordinate structure. Thus, the expression initiated by the conjunction – usually interpreted as an afterthought – is the second term of a coordination with the first term omitted via ellipsis preceded by movement of the spelled constituent.

Keywords: discourse fragment, coordination, afterthought, ellipsis, movement

Palavras-chave: fragmento discursivo, coordenação, pensamento posterior, elipse, movimento

Introdução

A coordenação tem sido, desde sempre, considerada como um mecanismo existente nas línguas que permite a combinação de unidades linguísticas, conduzindo à formação de unidades complexas. Assim sendo, a coordenação envolve necessariamente uma pluralidade de unidades linguísticas, que se unem através de uma conjunção. As unidades combinadas, ou termos coordenados, formam uma categoria sintagmática com uma estrutura binária (cf. Kayne, 1994; Matos, 1994; Johannessen, 1998; Colaço, 2005; entre outros), em que o primeiro termo coordenado figura como especificador e o segundo termo corresponde ao complemento do núcleo conjuncional Conj. A categoria sintagmática projetada a partir deste núcleo é normalmente designada ConjP.

Neste trabalho, observamos contextos em que, apesar da ocorrência de uma unidade com a forma de uma conjunção coordenativa, nem sempre nos parece estarmos, efetivamente, perante uma estrutura de coordenação, fundamentalmente por duas razões: (i) em primeiro lugar, porque se trata de contextos em que um fragmento discursivo é iniciado pela referida unidade, não sendo sempre óbvia a recuperação de uma expressão anterior que possa corresponder a um primeiro termo coordenado, o que contraria a própria definição de coordenação; (ii) em segundo lugar, porque frequentemente essa unidade parece desempenhar uma função predominantemente discursiva, ao invés de veicular um

dos valores semânticos tipicamente associados às conjunções coordenativas. Vejam-se os exemplos (1) e (2)¹:

(1) A pressa foi muita. E nem sequer houve bacalhau... (CP)

(2) – Olá! E então, o que se faz por aqui?

A possibilidade de ocorrência de conjunções coordenativas a iniciar frases foi notada por Cunha & Cintra (1984: 579), que afirmam que, nestes casos, a conjunção ou possui um valor enfático (como em (3)) ou é usada para facilitar a passagem de uma ideia a outra (como em (4)):

(3) – E os críticos! E os leitores! E a glória! Esgaravataram tudo tudo, raspam tudo, recolheram todas as minhas sobras, pensaram tudo por mim, não me deixam respirar. (4)

E a minha terra se chamará a terra de Jafé, e a tua se chamará a terra do Sem; e iremos às tendas um do outro, e partiremos o pão da alegria e da concórdia.

Note-se que a ocorrência de unidades com a forma de conjunções coordenativas a ligar diferentes fragmentos de texto não se circunscreve à conjunção copulativa *e*, alargando-se, pelo contrário, a todas as conjunções coordenativas – vejam-se os exemplos (5)-(6) e (7)-(8), em que ocorre, respetivamente, a conjunção adversativa e a conjunção disjuntiva:

(5) Mais isolado, Portugal ficou de fora de muita coisa. Mas não dos Lions. (CP)

(6) Qual é o prisioneiro que aprecia as paredes da cela que o contém? Mas para quem nasce numa ilha, é diferente. (CP)

(7) Tal como a locomotiva, a educação também é motor de desenvolvimento. Ou será que não? (CP)

(8) Para mim, um restaurante é antes de mais, o patrão. Ou a patroa, é claro. (CP)

Um dos aspetos cruciais do nosso estudo diz respeito à definição do estatuto da partícula com a forma de conjunção coordenativa que ocorre nos diferentes contextos em que a referida partícula inicia um fragmento discursivo. Nesta primeira abordagem, trataremos unicamente os casos em que essa unidade é o *e*, deixando para futuros desenvolvimentos o tratamento das restantes unidades. A hipótese sugerida e avaliada ao longo do trabalho será a de que nem sempre este *e* corresponde, na realidade, a uma conjunção coordenativa, devendo distinguir-se os casos de verdadeira coordenação

¹ Ao longo deste trabalho, usaremos alguns dados de escrita retirados de *corpora*, extraídos do CETEMPúblico (<http://www.linguateca.pt/cetempublico/>) e do Clube de Contadores de Histórias. (<http://www.prof2000.pt/users/historias>), doravante referidos, respetivamente, através das siglas CP e CH.

daqueles em que o *e* se manifesta como uma partícula com um valor essencialmente discursivo.

As questões centrais de que partimos são, então, as seguintes:

(i) Em que contextos a partícula *e* corresponde a uma verdadeira conjunção coordenativa?

(ii) Quando *e* corresponde a uma conjunção coordenativa, qual é a estrutura sintática presente e qual é o primeiro termo coordenado?

(iii) Quando *e* não corresponde a uma conjunção coordenativa, que valor(es) apresenta esta partícula? E qual é, neste caso, a estrutura sintática presente?

1. Diferentes comportamentos do *e* em posição inicial de um fragmento textual

Os contextos em que se verifica a presença de uma unidade com a forma da conjunção copulativa a iniciar um fragmento discursivo são distintos, o que nos leva à hipótese de que não estamos sempre perante a mesma construção. O aspeto mais evidente que fundamenta esta hipótese é o diferente comportamento que o *e* parece exibir. Assim, partindo deste aspeto, passemos à apresentação de algumas especificidades associadas aos diferentes contextos encontrados.

1.1. A coordenação de expressões adjacentes através de fronteiras discursivas

Em certos contextos, a partícula *e* que inicia uma unidade de discurso parece ter um valor verdadeiramente conjuncional, podendo as sequências que ocorrem à sua esquerda e à sua direita ser facilmente encaradas como dois termos de uma coordenação.

Vejam-se os seguintes exemplos²:

(9) A pressa foi muita. E nem sequer houve bacalhau... (CP)

(10) São tudo criações bem portuguesas, para deliciar os leitores habituais do género. E para criar novos entusiastas! (CP)

Uma primeira evidência para esta assunção é o facto de ser possível a construção de uma paráfrase resultante da eliminação da fronteira discursiva, ou seja, juntando os dois fragmentos num só, obtendo-se uma coordenação regular, como se vê em (11) e (12). Um

² Na oralidade, os fragmentos discursivos podem até corresponder a enunciados de diferentes participantes na interação verbal:

(i) A: - A pressa foi muita.

B: - E nem sequer houve bacalhau...

(ii) A: - São tudo criações bem portuguesas, para deliciar os leitores habituais do género.

B: - E para criar novos entusiastas!

dos fatores que tornam esta paráfrase possível é o facto de as expressões relacionadas pelo *e* ocorrerem, nestes casos, em adjacência:

(11)a. [A pressa foi muita.] [E nem sequer houve bacalhau...]

b. A pressa foi muita e nem sequer houve bacalhau...

(12)a. São tudo criações bem portuguesas, [para deliciar os leitores habituais do género]. [E para criar novos entusiastas!]

b. São tudo criações bem portuguesas, para deliciar os leitores habituais do género e para criar novos entusiastas!

Assim, as duas expressões associadas pelo *e* são coordenáveis e compatíveis em termos sintáticos e semânticos, podendo a coordenação associar dois fragmentos discursivos (como em (11)) ou, alternativamente, expressões contidas em dois fragmentos discursivos (como em (12)).

Note-se que, nestes casos, a presença da partícula *e* produz efeitos semânticos, uma vez que explicita o valor que se estabelece entre as expressões que relaciona. Por este motivo, a sua omissão pode afetar a interpretação, como se verifica quando se confronta, por exemplo, (11.a) com (13):

(13) A pressa foi muita. Nem sequer houve bacalhau...

Com efeito, em (11), as frases que constituem os fragmentos textuais parecem estar ligadas por um nexos concessivo (\Rightarrow A pressa foi muita, apesar de não ter havido bacalhau) ou, eventualmente, um nexos consecutivo (\Rightarrow A pressa foi muita, por isso nem sequer houve bacalhau), nexos esse veiculado pela conjunção. No entanto, em (13), com a ausência da conjunção, esse nexos perde-se ou, pelo menos, torna-se menos explícito.

No que diz respeito a (12), a omissão do *e* – veja-se (14) – é possível e permite manter o valor aditivo que se estabelece entre as expressões relacionadas por esta partícula. Isto levaria a que (14) pudesse ser visto como um caso de coordenação assindética:

(14) São tudo criações bem portuguesas, para deliciar os leitores habituais do género. Para criar novos entusiastas!

Este contraste entre (13) e (14), obtido pela omissão do *e* no que diz respeito à interpretação, pode ser visto como um reflexo do facto de o valor aditivo ser o valor prototípico da conjunção copulativa *e* e de, em estruturas de coordenação assindética, ser este o valor recuperável da conjunção omitida. No entanto, é de salientar precisamente o facto de, nos dados apresentados acima, o *e* estar associado a um dos valores semânticos que a conjunção copulativa permite veicular, o que atesta o seu estatuto conjuncional.

A relevância da presença da conjunção torna-se ainda mais evidente em dados como os que se seguem, em que é notório o valor aditivo que relaciona as expressões ligadas por *e*:

(15) Só aspirinas, café e água. E chá que, por vezes, ainda me faz alguma falta. (CP)

(16) Alexandra Lencastre apareceu com uma garrafa termo. E com meias de lã. (CP)

Parece, pois, plausível a hipótese de que, nestes casos, estamos perante estruturas coordenadas, embora a coordenação pareça transcender fronteiras discursivas, tendo o *e* um estatuto verdadeiramente conjuncional. A existência destas construções encontra-se, de resto, atestada em Matos (2003: 576), que afirma o seguinte: “A coordenação pode igualmente afectar unidades estruturais mais vastas do que a frase, e envolver fragmentos textuais que se encontram adjacentes.” A autora refere estes casos como correspondendo a situações que se verificam frequentemente na oralidade e em que a pausa (representada, na escrita, pelo ponto) caracteriza a expressão iniciada pela conjunção como um “pensamento posterior do locutor” (op. cit.: 556, n.10). Em Matos (2003) não são, no entanto, discutidos aspetos estruturais associados a esta construção.

1.2. Coordenação de expressões não adjacentes

Em certos contextos em que um fragmento discursivo é iniciado por um *e*, a expressão que a segue pode estar relacionada com uma expressão não adjacente que ocorre num fragmento de texto anterior:

(17) O presidente convidou o ministro para a reunião do dia 5. E o ministro adjunto.

(18) O meu pai fazia-o nos cerros. E o pai dele.

(19) Enquanto houver excesso de população, a poluição é imparável. E o desemprego.
(CP)

A ausência de adjacência faz com que se torne impossível, nestes casos, a construção de paráfrases resultantes unicamente da eliminação da fronteira discursiva. Nestes casos, as paráfrases só são possíveis com a presença do advérbio *também*, numa construção elíptica (cf. Matos (1992): Despojamento ou *Stripping*). Vejam-se os contrastes entre (20.a)-(22.a) e (20.b)-(22.b):

(20)a. *O presidente convidou o ministro para a reunião do dia 5 e o ministro adjunto.

b. O presidente convidou o ministro para a reunião do dia 5 e o ministro adjunto também.

(21)a. *O meu pai fazia-o nos cerros e o pai dele.

b. O meu pai fazia-o nos cerros e o pai dele também.

(22)a. *Enquanto houver excesso de população, a poluição é imparável e o desemprego.

b. Enquanto houver excesso de população, a poluição é imparável e o desemprego também.

Apesar da ausência de adjacência entre as expressões ligadas pela conjunção *e*, existe, no entanto, um requisito de contiguidade dos fragmentos textuais que incluem as expressões em questão. Esse requisito manifesta-se em agramaticalidades como as seguintes:

(23) O presidente convidou o ministro para a reunião do dia 5. A reunião terá lugar no Palácio de Belém. *E o ministro adjunto.

(24) O meu pai fazia-o nos cerros. Eram outros tempos. *E o pai dele.

(25) Enquanto houver excesso de população, a poluição é imparável. Este é um facto incontornável. *E o desemprego.

Parece claro que os dados apresentados em (17)-(19) ilustram estruturas de coordenação, já que a conjunção *e* apresenta claramente um valor aditivo, como fica claro pela observação de (26)-(28), em que a coordenação retoma um constituinte do primeiro fragmento:

(26) O presidente convidou o ministro para a reunião do dia 5. O ministro e o ministro adjunto.

(27) O meu pai fazia-o nos cerros. O meu pai e o pai dele.

(28) Enquanto houver excesso de população, a poluição é imparável. A poluição e o desemprego.

1.3. O *e* como uma partícula com características conjuncionais e discursivas

Em certos contextos, o *e* que inicia um fragmento discursivo apresenta um comportamento dúbio, manifestando simultaneamente propriedades conjuncionais e discursivas.

Por exemplo, em textos narrativos, é frequente a utilização da partícula *e* para ligar sequências textuais. Estas podem, inclusivamente, ocorrer em parágrafos distintos, como acontece em (29):

(29) De íntimo fantasista e liberto, era do sol, da lua e das estrelas donde imaginava que tinham “chovido” uns seres invisíveis com quem brincava.

E as brincadeiras sucediam-se. Libertavam-na do seu peso e sustentavam-na no ar, quer com vara mágica, quer com um simples dedo.

E às vezes, faziam ainda descer sobre ela, ignoradas, poeiras e orvalhos astrais.

E tudo aquilo era maravilhoso, pois adorava subir pelas paredes do ar ou dançar no vento. E, como aqueles serzinhos não eram identificados pelos que a rodeavam, contava-lhes segredos só dela sabidos, fazendo florescer a amizade e entrelaçando os corações num abraço.

(Dacosta, L. (2006). *A rapariga e o sonho*, CH)

Por um lado, neste caso, a partícula *e* parece ter uma função copulativa de ligação de cada sequência narrativa à sequência anterior. Mas, por outro lado, a função do *e* parece ser sobretudo a de marcar o avanço da narração.

Na oralidade, a partícula *e* é também usada com esta dupla função, podendo as sequências associadas corresponder a produções de falantes diferentes, como se verifica em (30), em que o enunciado de B corresponde a um pedido de avanço da narração:

(30)A: — Perguntei ao Paulo se ia comigo à festa.

B: — E o que é que ele te respondeu?

Também em textos narrativos que contêm diálogos, a partícula *e* pode ser usada para ligar sequências narrativas e, ao mesmo tempo, marca o avanço da narração. Isto acontece quando se verifica uma alternância de sequências narrativas com sequências de discurso direto, como se pode observar em (31) e (32):

(31) — Porque... — e o velhinho calou-se.

(Joyce, P. (1983). *Gabriel dos cabelos de ouro*, CH)

(32) O homem abriu a boca, de tão pasmado.

— Dá cá isso! — E, num instante, fê-los desaparecer no bolso, enquanto lançava olhares esgazeados em redor, não fosse alguém ter dado conta.

(idem)

Veja-se que a presença do *e* está, efetivamente, nestes casos, obrigatoriamente associada à progressão da narração, não podendo ocorrer quando tal não se verifica, como está mostrado em (33):

(33)a. — Não, meu menino, não gosto — respondeu ele com um sorriso triste. (*idem*)

b. — Não, meu menino, não gosto — * e respondeu ele com um sorriso triste.

Assim, nos casos agora descritos, a partícula *e* parece manifestar um comportamento simultaneamente conjuncional – uma vez que é usada como partícula de ligação – e discursivo – dado que está associada ao avanço da narração³.

Outra situação distinta desta mas em que a partícula *e* apresenta igualmente um comportamento dúbio verifica-se em contextos em que os fragmentos discursivos não constituem sequências coordenáveis, o que permite pôr em causa a função conjuncional do *e*. É o que acontece em (34) e (35):

(34)a. Se chegar para divertir alguns durante algum tempo, já não é nada mau. E não será isso mesmo a música pop? (CP)

b. *Se chegar para divertir alguns durante algum tempo, já não é nada mau e não será isso mesmo a música pop?

(35)a. As costas das folhas são também timbradas. E como? (CP)

b. *As costas das folhas são também timbradas e como?

Nestes casos, por um lado, o fragmento iniciado pelo *e* não sobrevive sozinho, não podendo, por exemplo, ser usado para o início de um texto ou de um discurso, o que mostra que a sua presença pressupõe a ligação a um fragmento discursivo anterior. Mas por outro lado, o facto de não ser possível recuperar um primeiro termo coordenado torna difícil que se considere que se trata de uma conjunção coordenativa.

1.4. O *e* como um marcador discursivo

Na oralidade, é frequente a ocorrência de enunciados introduzidos por um *e* a iniciar o discurso de um dos intervenientes ou até a iniciar uma interação verbal. Nestes casos, esta partícula parece funcionar como um marcador discursivo⁴. Vejam-se alguns exemplos:

(36) [Uma pessoa chega ao pé de um grupo de amigos e diz:]

a. — E o que é que acharam do discurso que o primeiro-ministro fez ontem?

b. — E se fôssemos ao cinema esta noite?

(37) [No meio de um diálogo, o falante A lembra-se de um assunto diferente e pergunta a B]

a. — E o que é que o médico te disse?

b. — E o teu novo emprego, está a correr bem?

³ A ideia de que o *e* pode corresponder a uma unidade com valor discursivo que marca o avanço da narrativa está presente em Colaço & Gonçalves (no prelo).

⁴ De acordo com Coutinho (2008: 196), a designação marcadores discursivos reúne unidades com diferentes comportamentos. No entanto, a autora afirma o seguinte: “De uma forma geral, os autores que trabalham com MDs destacam o facto de estes não intervirem no conteúdo proposicional, assumindo uma função orientadora, ou instrucional, ao serviço do interlocutor.”

(38) [Uma pessoa telefona insistentemente a outra. Como esta não atende, exclama:]

— E o João que não atende!

Estes enunciados podem estar associados à introdução de um tópico ou a uma mudança de tópico, como acontece em (36) e (37). Note-se que, nestes casos, é frequente que estes enunciados conttenham outras expressões igualmente associadas a uma função discursiva (como *então*⁵, *olha* ou *é verdade*, por exemplo). Estas expressões podem mesmo coocorrer num mesmo enunciado, como acontece em (39)-(41):

(39) — Então e se fôssemos ao cinema esta noite?

(40) — Olha, e o que é que o médico te disse?

(41) — É verdade, e o teu novo emprego, está a correr bem?

Por outro lado, em certos casos – como em (38) – a presença do *e* tem um valor fático, podendo o enunciado incluir outras expressões que realçam este valor, como em (42):

(42) — E não é que o João não atende?!

Em todos estes casos, como vimos, a partícula *e* não associa partes do discurso, o que torna difícil sustentar a hipótese de que o seu estatuto é conjuncional. Em Matos & Raposo (no prelo), é apresentada a sugestão de que, em certos casos como estes, existe uma estrutura de coordenação em que o primeiro termo é o próprio contexto situacional. Embora não exploremos esta questão no âmbito deste trabalho, deixando-a para futuros desenvolvimentos, sugerimos uma hipótese alternativa a avaliar, em que a partícula *e* é encarada como um marcador discursivo desprovido de propriedades conjuncionais, usado como introdutor de um tópico ou como elemento fático. Reconhecemos, no entanto, a importância do contexto situacional, uma vez que a produção de enunciados como os que apresentámos pressupõe a existência de uma situação anterior partilhada pelos interlocutores ou de um conhecimento por eles partilhado.

Note-se que a ideia de que a ocorrência da partícula *e* pode estar associada a uma função discursiva está presente em diversos trabalhos de outros autores. Apenas a título de exemplo, Fraser (1999) considera que o *e* pode ser encarado como um marcador discursivo que permite a ligação de mensagens. Também Lopes (1997: 186), partindo da observação de dados de *corpora*, confirma a participação da partícula *e* em expressões com valor discursivo, nomeadamente na expressão *e então*, que a autora caracteriza “como uma forma de retoma discursiva de um relato momentaneamente interrompido por um

⁵ Lopes (1997) mostra que a expressão *então* pode assumir diferentes valores semânticos. Segundo a autora, esta expressão pode ter uma função discursiva/pragmática, funcionando, neste caso, como um marcador conversacional, sinalizando a continuidade discursiva.

comentário parentético (...) ou como mero operador discursivo de ligação, no interior de uma mesma intervenção, regra geral de índole narrativa.”

Síntese:

Encontrando-se o estudo que deu origem a este trabalho ainda numa fase de desenvolvimento, a determinação e a distinção clara dos vários contextos que permitem a ocorrência de um *e* no início de um fragmento discursivo implicam a observação de um maior número de dados, de preferência extraídos de *corpora* de escrita e de oralidade. No entanto, a descrição que fizemos dos dados que apresentámos sugere a existência de um processo de gramaticalização desta unidade linguística. Este processo parece compreender diferentes estádios, que vão desde o funcionamento do *e* como uma conjunção coordenativa até ao seu funcionamento como uma unidade com um valor discursivo. A pressuposição de um antecedente discursivo ou situacional poderá ser encarada como o resíduo do valor copulativo tipicamente associado a esta unidade.

2. Coordenação através de fronteiras discursivas *versus* coordenação com omissão do primeiro termo coordenado

Como mencionámos atrás, neste trabalho iremos centrar-nos na construção referida em 1.1. e 1.2., em que o *e* corresponde a uma verdadeira conjunção coordenativa. Deixaremos, pois, a análise das restantes construções referidas para futuros trabalhos que tencionamos realizar.

Recordando, nestes casos, a expressão que ocorre à direita da conjunção tanto pode ser uma frase completa como pode ser um constituinte não frásico ou uma oração subordinada. E, não sendo uma frase completa, pode não ocorrer em adjacência à expressão com a qual está relacionada no primeiro fragmento discursivo.

A questão central que se coloca relativamente às construções em causa é, como referimos anteriormente, a de saber que estrutura sintática está presente quando uma coordenação aparenta transpor fronteiras discursivas. As alternativas são as seguintes:

A. A expressão iniciada pela conjunção integra uma estrutura coordenada cujo primeiro termo é o fragmento discursivo anterior.

B. O fragmento discursivo anterior à conjunção não participa na estrutura coordenada. A expressão iniciada pela conjunção integra uma estrutura de coordenação com o primeiro termo omissão.

2.1. Avaliação das hipóteses formuladas

Passaremos, em seguida, a testar as duas hipóteses formuladas, observando o comportamento das construções em apreço face a diversos aspetos sintáticos.

(a) Conjunções correlativas

A possibilidade de ocorrência de conjunções correlativas é frequentemente usada para provar a presença de uma estrutura coordenada e para identificar os termos coordenados.

Os dados que apresentamos em (43) e (44) mostram que, quando as expressões relacionadas pela conjunção coordenativa ocorrem em fragmentos discursivos distintos, não podem ocorrer conjunções correlativas. Embora a conjunção *e* não seja correlativa, este facto é observável usando conjunções correlativas que com ela partilham o valor aditivo.

(43)a. O Pedro disse que nem vai à festa nem fica em casa.

b. *O Pedro disse que nem vai à festa. Nem fica em casa.

(44)a. O Pedro viu não só o João mas também a Maria.

b. *O Pedro viu não só o João. Mas também a Maria.

A agramaticalidade de (43.b) e (44.b) pode, no entanto, ser encarada como decorrente do facto de, nas construções em estudo, o fragmento discursivo anterior à conjunção corresponder a uma frase completa, não podendo, por isso, integrar apenas um dos elementos conjuncionais correlativos.

(b) Extração simultânea

Em diferentes tratamentos sintáticos dados às construções que envolvem a extração simultânea de constituintes, é considerada crucial a existência de c-comando do constituinte realizado sobre as posições que lhe estão associadas nos termos coordenados. Para tal, o constituinte alvo de extração simultânea terá de ocupar uma posição superior a ConjP ou uma posição interna a ConjP mas que seja tal que permita o referido c-comando.

O contraste presente em (45) poderia conduzir-nos à conclusão de que a extração simultânea não é possível quando a conjunção inicia um fragmento discursivo:

(45)a. Que livro o Pedro comprou e o seu filho ofereceu à Maria?

b. *Que livro o Pedro comprou? E o seu filho ofereceu à Maria?

No entanto, a gramaticalidade de (46) e (47) mostra que é legítima a extração simultânea de clíticos neste tipo de construção:

(46)a. O Pedro tem-me emprestado os apontamentos e ajudado nos trabalhos.

b. O Pedro tem-me emprestado os apontamentos. E ajudado nos trabalhos.

(47)a. O Pedro também me emprestou os apontamentos e ajudou nos trabalhos.

b. O Pedro também me emprestou os apontamentos. E ajudou nos trabalhos.

Efetivamente, a agramaticalidade de (45) poderá não estar relacionada diretamente com a extração, mas antes com aspetos prosódicos decorrentes do facto de se tratar de uma frase interrogativa direta. Com efeito, veja-se, por um lado, que a ocorrência do constituinte interrogativo *in situ* não altera a gramaticalidade:

(48) *O Pedro comprou que livro? E o seu filho ofereceu à Maria?

Por outro lado, se a interrogativa for indireta, a gramaticalidade parece melhorar, como se pode ver em (49):

(49) ?O Pedro não sabe que livro tu compraste. E nós oferecemos à Maria.

(c) Indução do modo conjuntivo

O constituinte que ocorre à direita da conjunção pode corresponder a uma oração subordinada. Neste caso, verificamos que a natureza desta oração subordinada decorre das propriedades do verbo que ocorre no fragmento discursivo anterior. Assim, se o verbo que induz o modo conjuntivo no seu complemento oracional, é esse o modo em que ocorre obrigatoriamente o verbo na oração subordinada que se segue à conjunção. Veja-se (50):

(50)a. A empresa pretende que o cliente fique satisfeito e que volte a contactá-la.

b. A empresa pretende que o cliente fique satisfeito. E que volte/*volta a contactá-la.

(d) Próclise

Na coordenação oracional regular, nem sempre a presença de um elemento legitimador de próclise no primeiro termo coordenado obriga à próclise no segundo. As duas alternativas (próclise ou ênclise), ilustradas em (51) decorrem, naturalmente, da posição estrutural ocupada pelo referido elemento:

(51)a. O Pedro também me ajudou e me emprestou os apontamentos.

b. O Pedro também me ajudou e emprestou-me os apontamentos.

Quando a coordenação envolve expressões de diferentes fragmentos discursivos, a presença de um elemento legitimador de próclise no primeiro fragmento pode legitimar igualmente a próclise no segundo fragmento. Veja-se um exemplo em (52):

(52)a. No horizonte da sua ficção há essa íntima convicção de uma verdade de rosto exclusivamente humano que lhe servirá para invocar, por contraste, a inumanidade ofuscante que caracteriza o tempo da cegueira que nos coube e lhe coube.

b. No horizonte da sua ficção há essa íntima convicção de uma verdade de rosto exclusivamente humano que lhe servirá para invocar, por contraste, a inumanidade ofuscante que caracteriza o tempo da cegueira que nos coube. E lhe coube. (CP)

(e) **Concordância**

A observação do comportamento das construções que estudamos relativamente a questões de concordância apenas se torna possível quando as expressões associadas pela conjunção correspondem a categorias nominais com a função de sujeito, em posição final de frase. Os dados que apresentamos em (53) e (54) mostram um contraste que consideramos relevante: enquanto em (53.b) a presença de um sujeito coordenado induz a ocorrência do verbo numa forma plural (embora, pelo menos para um grupo de falantes, (53.a) seja igualmente possível, correspondendo a uma situação de concordância parcial, veja-se Colaço (2005)), em (54) – em que a conjunção inicia um fragmento discursivo – observamos que a pluralidade do verbo não é possível:

(53)a. Desapareceu a minha pasta e os meus livros.

b. Desapareceram a minha pasta e os meus livros.

(54)a. Desapareceu a minha pasta. E os meus livros.

b. *Desapareceram a minha pasta. E os meus livros.

Este facto conduz-nos à conclusão de que, em (53.b) e (54.b), a conjunção não conduz à formação de um NP composto. Ou seja, mostra-nos que a coordenação não se dá ao nível do NP, mas sim, provavelmente, a nível frásico.

(f) **Ligação**

Os dados que apresentamos em seguida mostram que a expressão que ocorre à direita da conjunção que inicia um fragmento discursivo pode conter uma expressão anafórica:

(55) A Maria ficou com pena do Pedro. E de si própria.

Se a coordenação parece não ocorrer a nível sintagmático, então esta possibilidade levanta a questão de saber qual é o antecedente da expressão anafórica.

Síntese:

A descrição que acabámos de fazer parece conduzir a conclusões contraditórias. Assim:

⇒ Por um lado, alguns dados levam-nos a pensar que a expressão contida no primeiro fragmento discursivo não é o primeiro termo coordenado. Por exemplo: (i) a impossibilidade de ocorrência de conjunções correlativas; (ii) o facto de, quando as

expressões semanticamente relacionadas pela conjunção são de natureza nominal, não formarem uma unidade plural.

⇒ Por outro lado, outros aspetos apontam no sentido contrário, nomeadamente: (i) o facto de elementos presentes no primeiro fragmento discursivo c-comandarem e poderem ligar elementos contidos no segundo; (ii) a possibilidade de extração simultânea de clíticos; (iii) a indução do modo conjuntivo no segundo fragmento discursivo; (iv) a ocorrência de próclise motivada por um elemento presente no primeiro fragmento discursivo.

Não é, pois, evidente a opção por uma das hipóteses formuladas atrás. Com efeito, o facto de constatarmos que a expressão à direita da conjunção é acessível ao c-comando a partir do primeiro termo coordenado tanto é compatível com a ideia de que esse primeiro termo coordenado corresponde ao fragmento discursivo anterior, como com a conclusão alternativa de que o primeiro termo coordenado, por ser idêntico ao fragmento discursivo anterior, foi alvo de apagamento em PF, dando origem a uma construção elíptica.

2.2. Proposta de análise

2.2.1. Coordenação e expressão de um pensamento posterior

A proposta de análise que apresentamos assenta na assunção de que, nas construções em estudo, o fragmento discursivo iniciado pela conjunção corresponde tipicamente a um pensamento posterior, ideia já presente em Matos (2003) e Matos & Raposo (no prelo), como já referimos atrás.

Tomamos, assim, como ponto de partida algumas análises propostas por outros autores para construções que envolvem expressões que são também interpretadas como pensamentos posteriores.

Park & Kim (2009), por exemplo, analisam construções do coreano em que ocorrem constituintes na periferia direita da frase que são interpretados como pensamentos posteriores, veja-se (56). Na análise proposta por estes autores, estas construções são obtidas por redução fonológica a partir de uma estrutura de coordenação (ou seja, uma espécie de redução da coordenação). Esta redução fonológica é legitimada pela ocorrência de uma linearização paralela das frases envolvidas, a partir da qual os elementos repetidos são apagados, por identidade.

(56) John-i Mary-ekey chayk-ul cwu-ess-e, ecey.

J-Nom M-Dat book-Acc give-Past-Info yesterday

‘John gave Mary a book, yesterday.’

(*op. cit.*: 2)

Numa linha de pensamento semelhante, Ott & de Vries (2012) – partindo de propostas já sugeridas por outros autores, como Merchant (2001) e (2004) e Zwart (2011), entre outros – analisam certas construções com deslocação à direita em que a expressão em posição final, dependendo da curva entoacional com que é produzida, pode também ser interpretada como um pensamento posterior. Nesta proposta, estas construções são encaradas como casos de coordenação (coordenação abstrata: ocorre uma vírgula/pausa com um valor de conjunção, sendo a estrutura considerada idêntica à da coordenação regular), podendo o segundo termo ter um valor “especificacional” (permitindo uma especificação do conteúdo do primeiro termo) ou de *background* (exprimindo, neste caso, informação partilhada). Vejam-se, respetivamente, em (57) e (58), dados do holandês:

(57) Joop heeft *ze* al gezien, *die nieuwe tablet-pc's*.

Joop has them already seen those new tablet-pc's

‘Joop saw them already, those new tablet PCs.’

(58) Joop heeft *iets moois* gezien: *een tablet-pc van 10,1 inch*.

Joop has something beautiful seen: a tablet-pc of 10.1 inch

‘Joop saw something beautiful: a 10.1 inch tablet PC.’

(*op. cit.*: 1)

A realização de apenas uma parte do segundo termo coordenado, apenas possível quando existe um seu correlato no primeiro termo, é encarada como o resultado de elipse (sujeita à existência de paralelismo entre as duas frases), destinando-se a evitar a repetição de material idêntico. De acordo com os autores, a análise proposta explica por que razão estas expressões que ocorrem à direita parecem simultaneamente ocorrer internamente e externamente à frase que as antecede. Assim: por um lado, a frase anterior é completa, pelo que a expressão à direita é opcional; por outro lado, por exemplo, em línguas com caso morfológico, uma expressão nominal à direita tem de manifestar o mesmo caso da expressão seu correlato, para além de que a expressão à direita é acessível ao c-comando a partir do interior primeiro termo coordenado.

Considerar que, nas construções em estudo neste trabalho, a conjunção toma o fragmento discursivo anterior como primeiro termo coordenado levanta alguns problemas de várias naturezas (intuitiva, teórica e empírica). A saber:

(i) Antes de mais, parece-nos contra-intuitivo pensar que uma expressão correspondente a um pensamento posterior participa na estrutura sintática de uma frase produzida num momento anterior do discurso.

(ii) Ao mesmo tempo, teoricamente, é difícil manter a ideia de que, nestes casos, os dois fragmentos discursivos constituem dois termos de uma coordenação. Com efeito, se tivermos em conta a noção de fase de Chomsky (2008), teremos de considerar que a frase que integra o primeiro fragmento discursivo é transferida para os níveis de interface antes do início da derivação da frase que constitui o segundo fragmento, ou seja, antes da derivação da sequência iniciada pela conjunção. Assim, a formação posterior de uma estrutura coordenada integrando o primeiro fragmento iria contrariar a *Phase Impenetrability Condition*.

(iii) Finalmente, considerar que uma coordenação envolvendo fragmentos discursivos diferentes tem uma estrutura sintática idêntica à da coordenação regular torna difícil explicar a razão pela qual se verificam os contrastes que notámos no início deste trabalho entre estas duas construções, nomeadamente quando a expressão que segue a conjunção não é uma frase completa. Recordemos os dados relevantes:

(59) a. O presidente convidou o ministro para a reunião do dia 5. E o ministro adjunto.

b. *O presidente convidou o ministro para a reunião do dia 5 e o ministro adjunto.

(60)a. O meu pai fazia-o nos cerros. E o pai dele.

b. *O meu pai fazia-o nos cerros e o pai dele.

(61)a. Enquanto houver excesso de população, a poluição é imparável. E o desemprego.

b. *Enquanto houver excesso de população, a poluição é imparável e o desemprego.

Estes argumentos levam-nos, pois, a rejeitar a hipótese que enunciámos em A e a decidir-nos pela hipótese B. Assumiremos, então:

(i) que o fragmento que ocorre à esquerda da conjunção não participa na estrutura coordenada que ela encabeça;

(ii) que a expressão iniciada pela conjunção integra uma estrutura de coordenação em que o primeiro termo é omissivo.

(iii) que, tendo em conta os comportamentos sintáticos observados atrás, as construções em estudo envolvem sempre coordenação frásica. A ocorrência de um constituinte não frásico ou uma oração subordinada à direita da conjunção decorre, então, da omissão do restante material da frase que integra o segundo termo coordenado.

Note-se que optar pela hipótese B implica considerar que, nas construções em estudo, não existe, na verdade, coordenação através de fronteiras discursivas. Com efeito, teremos de assumir a existência de uma estrutura para a expressão iniciada pela conjunção em que,

para além de o primeiro termo coordenado ser omitido, podem ser omitidos também outros elementos no interior do segundo termo coordenado.

2.2.2. Coordenação e elipse

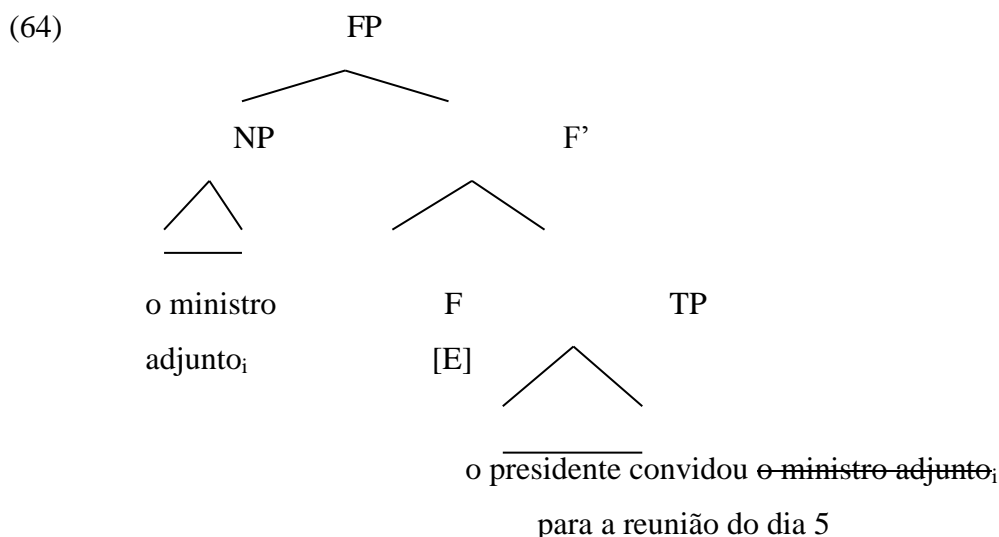
Inspirando-nos nas ideias sugeridas por Ott & de Vries (2012), assumiremos que tanto a omissão do primeiro termo coordenado como a realização de apenas um constituinte no fragmento discursivo iniciado pela conjunção observada em alguns dos dados que apresentámos resulta da elipse de material repetido. Sendo a elipse legitimada pela ocorrência de material repetido, a diferença é que, enquanto o primeiro termo coordenado é totalmente elidido, dado que é totalmente idêntico ao fragmento de discurso anterior, no segundo termo existe um constituinte que irá ser soletrado.

Note-se, no entanto, que a elipse que ocorre no segundo coordenado pode afetar sequências muito variáveis, que nem sempre correspondem a constituintes. Assim, veja-se:

(62) O presidente convidou o ministro para a reunião do dia 5. E ~~o presidente convidou~~ o ministro adjunto ~~para a reunião do dia 5~~.

(63) Enquanto houver excesso de população, a poluição é imparável. E ~~enquanto houver excesso de população,~~ o desemprego ~~é imparável~~.

Seguindo a proposta de análise de respostas fragmentárias de Merchant (2004), Ott & de Vries (2012) assumem a ideia de que a elipse que ocorre em construções com constituintes interpretados como pensamentos posteriores é precedida de um movimento do constituinte soletrado. Desta forma, os autores explicam a possibilidade de a elipse aparentar afetar sequências que não formam constituintes, embora não seja o que, na realidade, acontece. Assumindo que a elipse é legitimada pela presença de um traço E num núcleo funcional, Merchant (2004) propõe uma análise em que o constituinte soletrado se move para especificador desse núcleo funcional F, sendo o seu complemento (F', logo, um constituinte) o alvo da elipse. Se adotarmos esta solução, o segundo termo coordenado de uma frase como (62) terá a seguinte estrutura sintática:



Esta hipótese de movimento a preceder a elipse usada na análise das construções de que nos ocupamos enfrenta um obstáculo, que reside na ausência de sensibilidade a ilhas. Com efeito, veja-se, por exemplo, a gramaticalidade de (65), em que o constituinte movido é extraído de um adjunto:

(65) São tudo criações bem portuguesas, para deliciar os leitores habituais do género. E novos leitores.

Merchant (2004) notou, no entanto, o mesmo comportamento noutras construções elípticas, nomeadamente em construções de escoamento (*sluicing*). A gramaticalidade de (66) mostra, efetivamente, uma igual insensibilidade a ilhas manifestada nestas construções:

(66) They want to hire someone who speaks a Balkan language, but I don't remember which.

(*op. cit.*: 32)

Este facto levou o autor a propor que os efeitos de ilha não têm de se verificar quando as frases são elípticas. Baseando-se em ideias defendidas por outros autores – como Nunes e Uriagereka (2000), Johnson (2002), Fox & Lasnik (2003), etc. –, Merchant (2004: 32) afirma o seguinte: “as violações de ilhas decorrem de propriedades da estrutura sintática pronunciada e não de restrições sobre as derivações ou sobre as representações de LF.” (tradução nossa) A partir desta ideia, o autor conclui que o movimento que precede a elipse não tem de ser sensível a ilhas, uma vez que a frase no interior da qual ele ocorre é alvo de elipse. A adoção desta ideia permite-nos, pois, manter a análise que propusemos.

Um problema remanescente da nossa análise reside na legitimação da elipse total do primeiro termo coordenado. Se a elipse corresponde ao apagamento em PF de material repetido, esse apagamento implica uma comparação que permita atestar essa repetição.

Ora, neste caso, a primeira ocorrência desse material, constante do fragmento discursivo anterior, já foi, como dissemos atrás, transferida para os níveis de interface. Embora esta seja uma questão para a qual não temos ainda uma resposta segura, pensamos que um possível caminho para a resolver poderá passar pela consideração de que o paralelismo que legitima a elipse pode estabelecer-se entre dois fragmentos de discurso, na linha do que é sugerido por alguns autores. Por exemplo, Hobbs & Kehler (1997: 395) – corroborados por outros autores, como Gardent (1997) – referem esta possibilidade, afirmando o seguinte: “Dois fragmentos de discurso têm uma relação paralela se descreverem propriedades semelhantes. Duas propriedades são semelhantes se a partir delas puderem ser inferidas duas propriedades correspondentes, nas quais os predicados são os mesmos e os pares de argumentos correspondentes são correferentes ou semelhantes.” (tradução nossa). A consideração de que o paralelismo discursivo pode legitimar a elipse poderá, então, explicar a possibilidade de apagamento fonético do conteúdo do primeiro termo coordenado nas construções estudadas. Note-se que, como vimos atrás – em (23)-(25) –, este paralelismo discursivo implica a contiguidade dos fragmentos discursivos.

3. Conclusões

Concluimos, pois, com este estudo que, nas construções em que a coordenação aparenta ligar diferentes fragmentos discursivos, a sequência iniciada pela conjunção coordenativa é interpretada como um pensamento posterior. Consideramos que, nestas construções, a coordenação não atravessa fronteiras discursivas. Propomos uma análise em que a coordenação ocorre no interior do fragmento discursivo iniciado pela conjunção. Esta análise pressupõe a elipse do primeiro termo coordenado e a eventual elipse de elementos do segundo termo coordenado.

Referências:

Chomsky, N. (2008) On Phases. Freidin, Robert, Carlos P. Otero and Maria Luisa Zubizarreta (eds.). *Foundational Issues in Linguistic Theory*. Cambridge, MA: MIT Press, 133-166.

- Colaço, M. (2005) *Configurações de Coordenação Aditiva: Tipologia, Concordância e Extracção*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Colaço, M. & Gonçalves, A. (no prelo) <V-and-V> constructions in Portuguese: The case of <ir-and-V>. Publicação da Romania Nova.
- Coutinho, M. A. (2008) Marcadores discursivos e tipos de discurso. *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, 2, Lisboa: Edições Colibri/CLUNL, 193-210.
- Cunha, C. & Lindley C. (1984) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Fox, D. & Lasnik, H. (2003) Successive-cyclic movement and island repair: The difference between sluicing and VP-ellipsis. *Linguistic Inquiry* 34, 143-154.
- Fraser, B. (1999). What are discourse markers?. *Journal of Pragmatics* 31, 931-952.
- Gardent, C. (1997) Computing parallelism in discourse. Disponível online em: <http://arxiv.org/pdf/cmp-lg/9705004.pdf>.
- Hobbs, J. R. & Kehler, A. (1997). A theory of parallelism and the case of VP ellipsis. *Proceedings of the 35th Conference of the Association for Computational Linguistics (ACL-97)*, Madrid, 394-401.
- Johannessen, J. B. (1998) *Coordination*. Oxford University Press.
- Johnson, K. (2002). Towards an etiology of adjunct islands. Ms., University of Massachusetts, Amherst.
- Kayne, R. (1994) *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge: The MIT Press.
- Park, Myung-Kwan & Kim, Sun-Woong (2009) The Syntax of Afterthoughts in Korean: Move and Delete. *The Linguistic Association of Korea Journal* 17: 4, 25-53.
- Lopes, A. C. M. (2007) *Então* : elementos para uma análise semântica e pragmática. *Actas do XII Encontro Nacional da APL*, 177-190.
- Matos, G. (1992) *Construções de elipse do predicado em português*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Matos, G. (1994) Estruturas binárias e monocêntricas em sintaxe: algumas observações sobre a coordenação de projecções máximas. *Actas do X Encontro da APL*, 301-315.
- Matos, G. (2003) Estruturas de coordenação. Mateus, Maria Helena, Ana Maria Brito, Inês Duarte & Isabel Faria (eds.). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 549-592.

- Matos, G. & Raposo, E. (no prelo) Estruturas de coordenação. *Gramática do Português*, Mota, M. A.; Nascimento, F. B.; Raposo, E.; Segura, L. & Viana, M. do C. (org.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Merchant, J. (2001) *The syntax of silence*. Oxford: Oxford University Press.
- Merchant, J. (2004) Fragments and ellipsis. *Linguistics & Philosophy* 27, 661-738.
- Nunes, J. & Uriagereka, J. (2000). Cyclicity and extraction domains. *Syntax* 20, 20-43.
- Ott, D. & Mark de Vries (2012) Thinking in the right direction – An ellipsis analysis of right-dislocation. Elenbaas, Marion and Suzanne Aalberse (eds.), *Linguistics in the Netherlands* . 2012. v, 123–134.
- Zwart, Jan-Wouter (2011) *The syntax of Dutch*. Cambridge: Cambridge University Press.